

## NEOPENTECOSTALISMO E DEMOCRACIA NO BRASIL: ENTRE OS *ELEITOS DE DEUS*, HÁ ESPAÇO PARA OS IGUAIS DA DEMOCRACIA?

Giancarlo Montagner Copelli\*

**Resumo:** Este artigo busca, ao delimitar as estruturas mentais do neopentecostalismo brasileiro, traçar paralelos entre esse segmento religioso e a democracia. Para tal, dividimos o texto em três partes: a primeira, voltada à caracterização das manifestações religiosas no Brasil, buscando contextualizar o neopentecostalismo na pluralidade de manifestações voltadas à transcendência no país. Já na segunda, a pesquisa está centrada nos conceitos de teologia da prosperidade e guerra santa, elementos considerados fundamentais à formação das estruturas mentais dos movimentos neopentecostais. Por fim, na terceira e última parte deste artigo, objetivamos a observação do avanço político de representantes deste segmento religioso, sob o alicerce das estruturas mentais presentes na neocristandade. Na conclusão, buscamos correlacionar os dados obtidos com o regime democrático.

**Palavras-chave:** Religião; neopentecostalismo; democracia; igualdade.

### Introdução

Este artigo pretende, ao buscar a compreensão das estruturas mentais presentes no neopentecostalismo, apontar como os adeptos deste segmento religioso, no Brasil, percebem o mundo político, em especial, a democracia. Não se trata, portanto, de um estudo voltado à delimitação do impacto político causado por esta forma de expressão religiosa no país, já que não é possível distinguir, com clareza, as ramificações que integram o neopentecostalismo ou as próprias igrejas denominadas evangélicas no Brasil, segundo o IBGE<sup>1</sup>. Também não é interesse desta pesquisa a especulação de uma possível massificação do neopentecostalismo no Brasil e seus efeitos, já que, conforme ensina Lefort<sup>2</sup>, nenhuma lesão no tecido democrático é permanente, e os mesmos elementos capazes de corromper podem, por seu turno, empregar melhor sorte no futuro.

Assim, utilizando o método bibliográfico, baseado em documentação indireta e fontes estatísticas, o texto que dá forma a este artigo está dividido em três partes distintas: na primeira, procura explicar a constituição da religiosidade no Brasil através dos elementos que a

---

\* Bacharel em Filosofia pela Unisul – Universidade do Sul de Santa Catarina – e especialista em Ética e Filosofia Política pela AVM Educacional. Mestrando em Direito – área de concentração Direitos Humanos – da Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Bolsista Unijuí. E-mail: giancarlocopelli@yahoo.com.br.

<sup>1</sup> IBGE. *Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião*. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2170&busca&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espíritas-sem-religiao>. Acesso em: 12.11.2013.

<sup>2</sup> LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre a democracia, revolução e liberdade*. Paz e Terra, 1991.

caracterizaram, permitindo, em tese, a coexistência de uma ampla variedade de manifestações voltadas à transcendência. Ainda neste intuito, o texto busca explicar, também, o surgimento, ainda que de maneira bastante sucinta, da religiosidade no mundo. Afinal, as questões que levaram ao surgimento das manifestações religiosas no globo permanecem, até hoje, rigorosamente intocadas pela sociedade secular. E, desse modo, é possível concluir que a mesma raiz das religiões primitivas – ou as questões centrais das religiões de modo geral – permanecem atreladas às formas contemporâneas de explicação do sagrado, inclusive no segmento da neocristandade denominado neopentecostalismo ou pós-pentecostalismo.

Já na segunda parte, o artigo busca delimitar os mecanismos ou estruturas mentais que integram – ao mesmo tempo em que dão forma – o pensamento neopentecostal. Tal análise constitui-se fundamental a este estudo, pois é a partir da delimitação desses conceitos que se pôde traçar um perfil identitário dos adeptos do neopentecostalismo, bem como conhecer suas visões de mundo, seus modos de agir e se relacionar e, conseqüentemente, de enxergar a política.

Por fim, na terceira parte, o texto busca oferecer uma análise não apenas do contexto, mas, sobretudo, dos instrumentos utilizados para se chegar aos cargos de representação política, correlacionando-os aos modos e às estruturas mentais dos seguidores das referidas manifestações neopentecostais, observadas anteriormente. Ou seja: pretende mostrar que as formas e mecanismos, em específico deste segmento de expressão religiosa, influenciam nos modos como se percebe a política, seja no alcance de atuação – indo além do plano terreno – seja no que se pode esperar – do ponto de vista de seus adeptos – da própria política. Diante desses elementos, buscamos, na conclusão deste artigo, responder a seguinte questão: No pensamento neopentecostal, há espaço para a igualdade, princípio fundamental à democracia e, igualmente, ao respeito dos Direitos Humanos?

## **1. As bases e a contemporaneidade religiosa do Brasil**

Conforme Botton<sup>3</sup>, as religiões voltam-se, basicamente, a duas questões: em primeiro lugar, criar condições para que as sociedades vivam, dentro de determinados preceitos, em harmonia. Em segundo lugar, para lidar com a dor, com a vulnerabilidade em diversos graus, a própria morte e a dos outros. São, portanto, “necessidades centrais que existem até hoje e que a sociedade secular não foi capaz de resolver por meio de nenhuma habilidade especial”<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> BOTTON, Alain. *Religião para ateus*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

<sup>4</sup> BOTTON, Alain. *Religião para ateus*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011, p. 12.

A transcendência, contudo, embora principiada na vontade e na necessidade humana, ancorou-se em fenômenos primitivamente sem explicação, como atesta o professor Geoffrey Blainey<sup>5</sup>. Entre esses fenômenos, destaque para a movimentação dos astros e consequências que, ao longo dos séculos, deram origem a uma série de correlações entre o céu e a Terra:

Quando as primeiras civilizações começaram a evoluir, os objetos celestes passaram cada vez mais a ganhar um poderoso simbolismo [...] O avanço da astrologia e o estudo da possível influência das estrelas e dos planetas sobre os fenômenos humanos são hoje em dia repudiados nos círculos intelectuais, mas havia uma lógica experimental [...] que acabou atraindo as melhores mentes das primeiras civilizações da China e do Oriente Médio. Se o Sol podia moldar o verão e o inverno, e se a Lua podia determinar as altas marés e moldar o calendário, por que todas essas forças tão poderosas não poderiam também moldar os destinos dos seres humanos?<sup>6</sup>

Entretanto, essa *lógica experimental*, como inscreve Blainey, colaborou decisivamente para o surgimento de uma nova forma de organização política, com a transição das sociedades nômades, em constante incerteza em relação ao sucesso das caçadas e à probabilidade de encontrar alimentos disponíveis para a coleta, e as sociedades sedentárias, mais seguras com a domesticação de animais e as primeiras plantações. Para Blainey<sup>7</sup>, a transição foi decisiva para a humanidade: “O futuro estava com os novos fazendeiros e pastores de rebanhos; ter acesso ao celeiro em tempos de fome era possuir um patrimônio que nenhuma tribo na era nômade era capaz de possuir”.

Essa nova organização política, agora sedentária, tinha na figura do *sacerdote* peça fundamental. Afinal, o *celeiro cheio* dependia dele e da sua capacidade de interpretar os *sinais divinos* ao observar o céu e projetar o período correto tanto para o plantio quanto para a colheita de determinada cultura. O *sacerdote* era *decisivo* para o desenvolvimento da comunidade. Detinha grande poder e, por isso,

...os novos governantes ordenavam sacerdotes que, por sua vez, davam legitimidade e apoio moral aos governantes [...] Eles ajudavam a trazer a chuva que punha fim à seca, abriam caminho para uma colheita farta, ajudavam a derrotar o inimigo na guerra [...] Por volta de 3500 a.C., muitos dos vilarejos rurais e pequenas cidades da Europa e do Oriente Médio construíram grandes monumentos religiosos de tamanho impressionante<sup>8</sup>.

Dessa maneira, é possível destacar que o conhecimento tanto dos astros quanto da influência destes na Terra, como através da relação da Lua com as marés, por exemplo, associado à necessidade humana do transcendente, transformou a religião em um importante

---

<sup>5</sup> BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história do mundo*. São Paulo: Editora Fundamento, 2008.

<sup>6</sup> BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história do mundo*. São Paulo: Editora Fundamento, 2008, p. 43-44.

<sup>7</sup> BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história do mundo*. São Paulo: Editora Fundamento, 2008, p. 33.

<sup>8</sup> BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história do mundo*. São Paulo: Editora Fundamento, 2008, p. 37.

instrumento de controle social e legitimação do poder. Na base de legitimidade desse poder, contudo, estava – e ainda está – a capacidade de interpretar os desígnios divinos através de determinados sinais ou fenômenos que, no caso das sociedades primitivas, correspondiam a eventos naturais.

Nesse mesmo sentido, o Cristianismo, que chegou ao Brasil através de Portugal em 1500, também foi assentado como uma das mais fortes religiões do globo ao reivindicar o monopólio da interpretação da vontade divina na figura de seus sacerdotes. Em meados do século IV, período em que o Cristianismo passou a ser considerado a religião oficial do Império Romano, a doutrina cristã tornou-se referência central, conforme Bedin<sup>9</sup>:

Havia apenas uma verdade: a revelação de Deus à humanidade. Havia apenas um caminho para o céu, e passava pela Igreja. A participação numa igreja universal substituiu a cidadania num império universal [Império Romano]. Por toda a Europa, da Itália à Irlanda, formava-se uma nova sociedade centrada no cristianismo.

Esse mesmo Cristianismo, que substituiu a lacuna deixada em aberto pelo Império Romano entre os séculos V e XV, chegou ao Brasil no início do século XVI ainda como importante fonte de controle social e, de forma semelhante à religiosidade primitiva, legitimando autoridades. Contudo, conforme Pierre Sanchis<sup>10</sup>, o Brasil, mesmo nascendo católico, participou, desde o princípio, de uma tendência ao sincretismo<sup>11</sup>:

Na velha Europa, especialmente em Portugal, um sincretismo secreto, que faz uma identidade consciente e unificadamente católica ser efetivamente portadora das virtualidades de suas sedimentações passadas. Aqui, num espaço aberto e sem fim, o encontro dos diferentes: as identidades de três povos [portugueses, indígenas e africanos]. Encontro, sem dúvida, estruturalmente desigual. Mas menos nos importa nesse momento o macro-processo, de dominação, exploração, etnocídio intencional, quase genocídio. Apesar dele, no seu avesso ou nos seus interstícios, deram-se os micro-processos, do jogo das identidades. Nunca definitivamente unificadas. Uma Casa Grande, duas relações opostas com o espaço, as duas diferencialmente marcadas por esse processo duplo: de um lado a dominação, a exploração, o etnocídio, fatalmente acompanhados pela comunicação deturpada do disfarce e do mascaramento; mas, correlativamente, pouco a pouco, e cada vez mais profundamente, a implantação de umas porosidade e contaminação mútuas [...] As tradições africanas – já profundamente sincretizadas antes de chegar, e introduzidas aqui no caldeirão de uma matriz viva, historicamente ativa e processadora das

---

<sup>9</sup> BEDIN, Gilmar Antonio. **A Idade Média e o nascimento do Estado Moderno**. Ijuí: UNIJUÍ, 2012, p. 23, colchetes nossos.

<sup>10</sup> SANCHIS, Pierre. O campo religioso contemporâneo no Brasil. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (Orgs.). **Globalização e Religião**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

<sup>11</sup> Esse sincretismo de que fala Sanchis foi retratado na célebre peça de teatro *O Pagador de Promessas*, de Dias Gomes, escrita em 1959, ao mostrar, entre outras características brasileiras – como as incapacidades do Estado em resolver conflitos e a intolerância da própria igreja católica –, o sincretismo existente entre Santa Bárbara (na tradição católica, uma virgem mártir do século III, invocada como proteção contra raios) e Iansã (orixá dos ritos africanos do candomblé e da umbanda que, entre outras características, é a *Rainha dos Raios*).

diferenças: o catolicismo. Nem África pura, nem catolicismo europeu. Do ponto de vista religioso e do ponto de vista cultural<sup>12</sup>.

Assim, através da lição de Sanchis, percebe-se que, apenas aparentemente, ou melhor, apenas se buscarmos em uma pretensa tradição católica, *em tese única* tradição no Brasil, é possível pensar a religiosidade do país em uma espécie de monobloco. De outra banda, é inegável a convivência, ainda que em alguns momentos de forma intolerante, de várias manifestações ao longo do tempo, assim como, mais especificamente, uma espécie de transformação ou transposição de fé de um a outro segmento religioso. E, neste caso, o catolicismo não deixa de ser, no Brasil, o ponto de origem desta espécie de migração. É, pelo menos, o que mostram as estatísticas.

Conforme descreve o sítio eletrônico G1<sup>13</sup> ao divulgar os números do Censo 2010 do IBGE, o percentual de pessoas que se declaravam católicas caiu 1,3% em relação ao último estudo, realizado em 2000. Eram, naquele ano, 124,9 milhões de pessoas que se declaravam católicas; em 2010, 123,3 milhões. A queda de adeptos do catolicismo romano, aqui verificada como a religião de origem de novos adeptos de outros segmentos religiosos, é histórica: em 1872, ano do primeiro censo, 99,7% dos brasileiros declararam-se católicos. Até 1970, a queda foi de 7,9%. O declínio, como se pôde verificar, continuou, apontando para, mesmo dentro de um contexto sincrético desde a gênese, a diminuição de uma espécie de hegemonia católica.

O que se verifica em números bastante atuais encontra respaldo em Sanchis<sup>14</sup>: “Parecia haver uma relativa homogeneidade religiosa dentro do território nacional. Aceleradamente as diferenças – e cruzamentos – se manifestaram”.

Contudo, se as bases ou raízes da religiosidade brasileira podem ser contextualizadas com um viés sincrético, do encontro do catolicismo romano com os ritos africanos e indígenas (neste caso, pensemos no próprio ritual do Santo Daime e variadas formas de pajelança), ao mesmo tempo tencionadas por certa hegemonia católica, historicamente em declínio, a contemporaneidade pode ser explicada como a fusão de dois momentos<sup>15</sup>: um pré-moderno, em que as lógicas religiosas tornam compatíveis – ainda que sob tensão – variadas formas rituais, como o convívio de ritos africanos, indígenas e católicos; um moderno, determinado pela

---

<sup>12</sup> SANCHIS, Pierre. O campo religioso contemporâneo no Brasil. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (Orgs.). **Globalização e Religião**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 105, colchetes nossos.

<sup>13</sup> G1. **Número de evangélicos aumenta 61% em 10 anos, aponta IBGE**, Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/06/numero-de-evangelicos-aumenta-61-em-10-anos-aponta-ibge.html>. Acesso em: 12.11.2013.

<sup>14</sup> SANCHIS, Pierre. O campo religioso contemporâneo no Brasil. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (Orgs.). **Globalização e Religião**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 103.

<sup>15</sup> SANCHIS, Pierre. O campo religioso contemporâneo no Brasil. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (Orgs.). **Globalização e Religião**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

representação de um indivíduo portador de uma razão única, soberana e intransferível<sup>16</sup>, aqui representada sobremaneira pela variação protestante do Cristianismo; e um pós-moderno, que funde os dois anteriores, ou seja, que obedece a uma razão única e individual, mas ainda assim se articula com variadas denominações religiosas. Neste caso, é possível pensar, como exemplo, nas manifestações religiosas neopentecostais, que de certa forma afirmam a própria fé ao combater – não negar – outra fé<sup>17</sup>.

## 2. O pensamento neopentecostal no Brasil

Surgido como segmento do movimento pentecostal, o neopentecostalismo no Brasil não destoa do cenário detalhado anteriormente. Ou seja, é o fruto da articulação entre a pré-modernidade e a modernidade ao mesclar o protestantismo clássico com formas de expressão religiosa típicas de manifestações populares, como, por exemplo, ritos de possessão<sup>18</sup>.

Entretanto, além dessa classificação pós-moderna dos movimentos neopentecostais, outras características significativas do neopentecostalismo merecem destaque. Entre estas, conforme Mariano<sup>19</sup>, é possível mencionar a ênfase em uma espécie de *guerra espiritual*, bem como a chamada *teologia da prosperidade*. Igualmente, Siepierski<sup>20</sup> identifica essas características, mas vai além:

“Os traços característicos incluem uma mistura deliberada de religiosidade popular, a utilização autoconsciente de estilos e convenções anteriores, a construção de estruturas comerciais, o abandono dos sinais externos de santidade e frequentemente a incorporação de imagens relacionadas com o consumismo e a comunicação de massa da sociedade pós-industrial do final do século 20. Seu objetivo declarado é estabelecer uma nova cristandade através da atividade política”.

---

<sup>16</sup> O autor faz clara referência a Kant: “É a representação ideal de indivíduo portador de uma razão única, de uma decisão soberana, que se exerce nos quadros de uma lógica universal” (SANCHIS, Pierre. O campo religioso contemporâneo no Brasil. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (Orgs.). *Globalização e Religião*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 104). Na modernidade, podemos também fazer relação com os grupos protestantes, com a *escolha por Jesus* ou a *decisão por Jesus* através de uma conversão livre e autônoma.

<sup>17</sup> Tal singularidade pode ser percebida nos ritos para expulsão de demônios, tão comuns em programas de televisão voltados aos adeptos destas correntes religiosas. Ora, *expulsar demônios* implica, necessária e primeiramente, *aceitar a existência de demônios*. Ainda que de forma implícita, a aceitação de outras formas de expressão religiosa, sobretudo aquelas tão combatidas por cultuar aquilo que se convencionou chamar por *demônio*, fica evidente. Ou seja, há a congregação do sincretismo pré-moderno, da porosidade que permite a coexistência de mais de uma expressão religiosa, com a razão única, típica da modernidade religiosa.

<sup>18</sup> SANCHIS, Pierre. O campo religioso contemporâneo no Brasil. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (Orgs.). *Globalização e Religião*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

<sup>19</sup> MARIANO, Ricardo. *Neopentecostalismo: os pentecostais estão mudando*. São Paulo: USP, 1995.

<sup>20</sup> SIEPIERSKI, Paulo D. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. In: *Estudos Teológicos*. v. 37, n. 1, p. 47-61, 1997, p. 51.

Ainda conforme Siepierski<sup>21</sup>, devido à chamada *teologia da prosperidade* e da ênfase na *guerra espiritual*, a convivência do neopentecostalismo em meio à pluralidade do campo religioso brasileiro não tem sido pacífica:

A hostilidade do pós-pentecostalismo<sup>22</sup> para com a umbanda e o candomblé tem se tomado um assunto legal. A famosa agressão a uma imagem de Nossa Senhora Aparecida no dia da padroeira em 1995 revelou o potencial de conflito com o catolicismo.

Entretanto, a relevância da *teologia da prosperidade* e da *guerra espiritual* não fica restrita ao ataque a um ou mais segmentos religiosos, como mero reflexo de pontos divergentes entre uma e outra denominação religiosa, sinalizando um ataque deliberado à própria liberdade de crença no país. Vai além, inscrevendo-se, tanto uma como a outra, nas estruturas mentais dos seguidores dos movimentos neopentecostais, determinando suas ações em vários campos.

Nesse sentido, a *guerra espiritual*, conforme Siepierski,<sup>23</sup>

...se situa nos Estados Unidos, onde seu principal articulador é Peter Wfogner, professor no Fuller Theological Seminary. No Brasil, uma de suas discípulas, Neusa Ilioka, juntamente com Valnice Milhomens, são as expoentes. A idéia central é que existem demônios territoriais e hereditários, que agem sobre áreas geográficas e sobre famílias. Esses demônios seriam os responsáveis por todos os males do mundo, inclusive a desigualdade e a injustiça social [...] A solução dos problemas brasileiros estaria na eleição de fiéis para os cargos públicos. Em seus postos eles neutralizariam as ações dos demônios, trazendo assim saúde e prosperidade para todo o país.

Já no que se refere à *teologia da prosperidade*, esta...

...não teve origem dentro do pentecostalismo, mas é um produto da relação dialética entre este e o movimento conhecido como confissão positiva. Os grandes arautos dessa síntese são Kenneth Hagin e E. W. Kenyon. Eles conjugaram o pressuposto de que se o fiel não duvidar em seus pedidos será atendido por Deus com a noção

---

<sup>21</sup> SIEPIERSKI, Paulo D. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. In: **Estudos Teológicos**. v. 37, n. 1, p. 47-61, 1997, p. 52.

<sup>22</sup> Pesquisadores como este autor (SIEPIERSKI, Paulo D. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. In: **Estudos Teológicos**. v. 37, n. 1, p. 47-61, 1997, p. 51 – grifo nosso) preferem o termo pós-pentecostalismo por entender que “tradicionalmente o prefixo “neo” tem sido relacionado com continuidade e não com ruptura. E por isso que em outros lugares neopentecostalismo é utilizado para indicar a renovação carismática ocorrida no seio das denominações protestantes, pois ela não diferiu significativamente do pentecostalismo anterior [...] O pós-pentecostalismo é um afastamento do pentecostalismo tendo como cerne a teologia da prosperidade e o conceito de guerra espiritual”. Entretanto, optamos por manter a expressão neopentecostalismo por entendermos que é o termo “que mais vem ganhando terreno nos últimos anos entre os pesquisadores brasileiros para classificar as novas igrejas pentecostais” (MARIANO, Ricardo. **Neopentecostalismo: os pentecostais estão mudando**. São Paulo: USP, 1995, p. 25).

<sup>23</sup> SIEPIERSKI, Paulo D. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. In: **Estudos Teológicos**. v. 37, n. 1, p. 47-61, 1997, p. 54.

de que a mente humana pode controlar a esfera espiritual, que, por sua vez, determina a realidade material. A síntese se completou com a injeção do conceito de redenção por meio de Cristo. O produto final é que os benefícios da redenção (saúde e prosperidade) podem ser reivindicados pelo fiel através do uso correto da mente (confissão sem dúvida) [...] Para obter prosperidade financeira o fiel precisa primeiramente demonstrar sua fé entregando dízimos e ofertas. Quanto mais contribuir, mais receberá. Como o dízimo é um percentual fixo, algumas igrejas ajudam os fiéis a ultrapassarem esse limite para serem mais abençoados [...] O fiel paga primeiro. Coloca-se na posição de credor de Deus, coagindo-o a retribuir na mesma medida<sup>24</sup>.

Essa ponderação coloca, enfim, a chamada *teologia da prosperidade* como um instrumento fundamental na *guerra espiritual*. Afinal, se o plano terreno é um espelho do plano celeste<sup>25</sup>, e a mente humana, associada ao dízimo, é capaz de interferir nesta batalha contra as forças do mal, participar deste *projeto teológico*, assumindo responsabilidades para com Deus e colocando-se formidavelmente, ainda por cima, como seu credor, é o objetivo de todo fiel. No Brasil, tal mecanismo parece encontrar respaldo no sincretismo que caracterizou, sobremaneira na fase pré-moderna – embora ainda caracterize – a religiosidade brasileira:

Esse conceito de guerra espiritual encontrou grande acolhida no Brasil, praticamente em todos os grupos evangélicos, sobretudo nos pentecostais, mas é marca característica do pós-pentecostalismo. Estes exploram bastante a religiosidade popular, que sempre esteve bastante perto do animismo. O benzimento de objetos nessas igrejas é muito comum. Vale tudo na luta contra os demônios: rosas, azeite, lenços, sal, arruda, espadas, fotografias. Esses objetos são utilizados de maneira muito semelhante àquela da umbanda. Nos cultos, e há cultos especiais de libertação, os demônios são desafiados a se manifestar e são “amarrados”, ou seja, neutralizados. Normalmente esses demônios são identificados com as entidades da umbanda e do candomblé. Isso, entre outras coisas, cria bastante tensão no espaço religioso brasileiro, levando os fiéis a acreditarem que os responsáveis pelos males da sociedade brasileira são as religiões concorrentes<sup>26</sup>.

Se as *religiões concorrentes*, bem como, por exclusão, também as expressões que negam qualquer forma de espiritualidade – ateísmo – podem ser, no pensamento neopentecostal, associadas aos males sociais brasileiros, como preceitua Siepierski, a *guerra espiritual* encontra dimensões maiores, centradas em uma ideia identitária rigorosamente fechada. Em outras palavras, faz clara distinção entre *aqueles que estão dentro e aqueles que*

---

<sup>24</sup> SIEPIERSKI, Paulo D. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. In: **Estudos Teológicos**. v. 37, n. 1, p. 47-61, 1997, p. 52-53.

<sup>25</sup> Tal qual fez a Igreja Católica Romana, ao afirmar uma “regência metafísica da vida” (BEDIN. Gilmar Antonio. **A Idade Média e o nascimento do Estado Moderno**. Ijuí: UNIJUÍ, 2012, p. 68).

<sup>26</sup> SIEPIERSKI, Paulo D. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. In: **Estudos Teológicos**. v. 37, n. 1, p. 47-61, 1997, p. 54.

*estão fora*: se, como diz Benetti<sup>27</sup> ao observar o discurso neopentecostal, o diabo causa a derrota e Deus traz a vitória – e a vitória é conquistada na *guerra espiritual* através da *teologia da prosperidade* – ou o indivíduo está com Deus (na vitória e *na igreja*) ou está com o diabo (na derrota e *fora da igreja*). Não há meio-termo.

De outra banda, tal visão de mundo extrapola os limites do sagrado, invadindo, também, o campo do político. Afinal, como os males sociais brasileiros decorrem – do ponto de vista neopentecostal – da ação de demônios e daqueles que não seguem determinados ritos – as chamadas religiões concorrentes –, e a solução para inverter o reflexo da batalha entre o bem e o mal – a denominada *guerra espiritual* –, travada no plano astral e refletida na Terra, corresponde à eleição de fiéis para os cargos públicos, com o intuito de neutralizar as ações dos demônios, a atuação do fiel neopentecostal não fica restrita à rotina dos templos e à obediência dos preceitos deste segmento religioso: vai além. Vai às urnas.

### 3. Neopentecostalismo e política

Segundo os jornalistas Gabriel Castro e Marcela Mattos<sup>28</sup>, em texto voltado a *radiografar* a bancada evangélica em 2013,

...a presença de evangélicos na política – assim como a de católicos ou espíritas – não é novidade. Partidos de inspiração cristã existem em países como Suíça, Inglaterra e Holanda sem que isso signifique qualquer ameaça à democracia. A mulher mais poderosa da Europa, a primeira-ministra alemã, Angela Merkel, pertence à tradicional União Demócrata-Cristã de seu país. A mesma Alemanha tem como presidente o independente Joachim Gauck, um conhecido pastor luterano. O maior partido do Parlamento Europeu, o *European People's Party*, é composto fundamentalmente por democratas-cristãos.

Inseridos no mundo político e sem fugir à regra global, portanto, e integrando as mais variadas siglas partidárias, os setenta e três deputados e quadro senadores que, atualmente, integram tal bloco parlamentar, trabalham de maneira organizada, dando sentido à expressão *bancada evangélica*<sup>29</sup>. Questões como a legalização do aborto, o casamento gay, a eutanásia e

---

<sup>27</sup> BENETTI, Márcia. *Deus vence o diabo: o discurso dos testemunhos da Igreja Universal do Reino de Deus*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

<sup>28</sup> Veja. *Vinde a mim os eleitores: a força da bancada evangélica no Congresso*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/a-forca-dos-evangelicos-no-congresso>. Acesso em: 12.11.2013.

<sup>29</sup> Muito embora a chamada bancada evangélica seja constituída por representantes de outros segmentos religiosos, além dos neopentecostais, entendemos que, especificamente neste caso, a correlação entre evangélicos e neopentecostais é válida. Isso porque embora haja a “ausência de uma tipologia que permita a distinção, no mínimo, dos grupos majoritários e suas características principais”, dando margem a generalizações, como as denominações *evangélico* ou *protestante*, é preciso destacar que, dentro destas mesmas generalizações “prevalece, de forma concentrada, o neopentecostalismo” (SIEPIERSKI, Paulo D. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. In: *Estudos Teológicos*. v. 37, n. 1, p. 47-61, 1997, p. 47). A afirmação de Siepierski pode ser verificada através dos números

a liberação das drogas, por exemplo, costumam passar pelo ponto de vista do bloco evangélico, observado em conjunto independente da bandeira político-partidária de cada integrante. Assim, é possível acrescentar que, representando 14,2% dos deputados e 5% dos senadores brasileiros, os integrantes da chamada *bancada evangélica* podem, por seu turno, respaldar tanto a liberdade de associação – aqui, livre de partidarismos – quanto a liberdade de expressão, elementos considerados como fundamentais ao exercício democrático<sup>30</sup>.

Entretanto, do mesmo modo que não podemos observar tal representatividade política apenas como reflexo das liberdades de expressão e associação, também não devemos tomá-la como um fenômeno recente, mas como um longo processo que, ao adotar um evidente modelo corporativo, foi principiado por ocasião da redemocratização do país:

O projeto de neocrisandade se tomou público durante o processo de redemocratização do país, especialmente por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte em 1986. Em artigo no jornal oficial de sua denominação um líder da AD [Assembleia de Deus] declarou que “*somente os eleitos de Deus devem ocupar os postos-chave da nação*”<sup>31</sup>. Para atingir seus objetivos, as principais igrejas, sobretudo a AD, a IEQ [Igreja do Evangelho Quadrangular] e a IURD [Igreja Universal do Reino de Deus], seguiram um modelo corporativo, apontando seus candidatos oficiais. Assim foi formada a chamada bancada evangélica, com 32 titulares e dois suplentes que assumiram no período. Sua atuação foi no mínimo polêmica, marcada por fisiologismo e oportunismo. As principais moedas políticas foram as concessões de rádio e televisão. Em 1990 o número de evangélicos no Congresso diminuiu de 32 para 23. Contudo, alguns suplentes assumiram e com isso no final de 1991 o número havia subido para 29. Um deles, Itsuo Takayama, após ter

---

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE. **Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2170&busca&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espíritas-sem-religiao>. Acesso em: 12.11.2013.), que classifica como *pentecostais* 60% do total de *evangélicos*, ao passo que classifica como *evangélicos não determinados* 21,8% do total. Além disso, ainda que fosse possível fazer a distinção com clareza, cumpre ressaltar que “a identidade confessional não está entre as informações exigidas pelo TRE no momento do registro das candidaturas” (MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p. 10), inviabilizando, de outra banda, a distinção do segmento dentro do contexto denominado *evangélico*.

<sup>30</sup> LEFORT, Claude. **A invenção democrática: os limites da dominação totalitária**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

<sup>31</sup> Aqui, pela primeira vez, aparece o termo *eleitos de Deus*. Mais que mera terminologia utilizada no campo religioso, sobretudo protestante, pentecostal ou neopentecostal, tal ideia engloba o conceito de *predestinação divina*, desenvolvido principalmente pelo reformador protestante João Calvino (GONÇALVES, Alonso. Predestinação como parte da história da salvação. In: **Revista de Teologia & Cultura**. 2009, p. 1-2). De acordo com este pesquisador, “a predestinação como conceito teológico tem sua base em Agostinho e sua ênfase na graça de Deus, onde Agostinho entende que Deus concedeu sua graça a alguns e a outros não desde a eternidade [...] Os escolhidos para a condenação não tem nenhuma chance de redenção, porque, para Calvino, Deus veda o caminho dos réprobos para que eles não sejam salvos. A escolha de Deus não depende de qualquer virtude humana, ela está fundamentada na soberania de Deus”. Há passagens bíblicas, inclusive, que sustentam a ideia agostiniana e adotada pelo reformador protestante, como, por exemplo, a que: “[...] diz Deus por meio do profeta Malaquias: “Amei Jacó e odiei Esaú” (Ml 1,2-3). Mesmo levando em consideração a delicadeza necessária na interpretação dessa antítese, amar um e odiar outro, presente em Malaquias, ressoa extravagante aos nossos ouvidos, mais uma vez, a Escritura elogiar Jacó como o queridinho de Deus, enquanto que Esaú parece menos digno de consideração” (CARMO, Solange Maria do. Esaú e Jacó: elogio à esperteza e à teimosia. In: **Horizonte Teológico**, 2010. p. 41).

trocado de partido duas vezes durante uma única semana, foi cassado. Outro, João de Deus, após ter se apropriado indevidamente de verbas públicas, escapou por pouco da cassação. Um terceiro, Manoel Moreira, amealhou 8 milhões de dólares intermediando emendas. Não obstante, em 1994 o número de deputados eleitos subiu para 30, entre eles Francisco Silva, o deputado federal mais votado no Rio de Janeiro com 210 mil votos, 80 mil votos a mais do que o segundo colocado. A IURD, que em 1986 havia eleito um parlamentar, em 1990 elegeu quatro deputados federais, mas um deles se tomou dissidente. Em 1994 elegeu seis deputados federais e seis deputados estaduais numa calculada estratégia eleitoral<sup>32</sup>.

Do levantamento feito em 1997, vários aspectos merecem destaque, sobretudo se correlacionados aos mecanismos de pensamento dos grupos neopentecostais, mencionados anteriormente, bem como a atualidade da referida bancada no Congresso Nacional, com expressivo número de integrantes: 1º) A declaração de um líder religioso dizendo que apenas os *eleitos de Deus* deveriam ocupar postos-chave da nação, não obstante a atuação marcada por fisiologismo e oportunismo, como destacou Siepierski, além de desvios, cassações e outras práticas e situações infelizmente corriqueiras da política brasileira<sup>33</sup>; 2º) O objetivo claro, dentro do mercado político, de obter concessões de rádio e televisão. Através desses elementos, é possível identificar a chave para o sucesso político e o crescimento da representatividade. Vejamos:

Conforme Monteiro<sup>34</sup> os “fenômenos religiosos refletem estruturas mentais”. No caso dos grupos neopentecostais, as tais estruturas mentais são condicionadas à chamada *guerra espiritual*, em que o plano astral reflete no terreno, mas cuja atuação neste plano pode, por seu turno, também interferir no espiritual. Uma das formas de intervenção, ainda que em um primeiro momento bastante pessoalizado, seria conseguindo bênçãos através da participação na *teologia da prosperidade*. Entretanto, coletivamente, a intervenção nesta batalha ocorreria através da política, ou seja, através da formação – ou eleição – daquilo que poderíamos chamar de *Exército de Deus*, dando sentido à afirmação de um representante religioso, concluindo, como vimos

---

<sup>32</sup> SIEPIERSKI, Paulo D. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. In: *Estudos Teológicos*. v. 37, n. 1, p. 47-61, 1997, p. 54-55, grifo e colchetes nossos.

<sup>33</sup> Atualmente, dos setenta e três deputados federais da chamada *bancada evangélica*, vinte e três respondem a processo no Supremo Tribunal Federal, com acusações que vão desde corrupção, peculato, crime eleitoral, lavagem de dinheiro e estelionato, até uso de documentos falsos (Veja. *Vinde a mim os eleitores: a força da bancada evangélica no Congresso*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/a-forca-dos-evangelicos-no-congresso>. Acesso em: 12.11.2013), de modo que o contexto desenhado na formação da primeira *bancada evangélica* permanece até hoje. Ou seja, não há uma relação, nesse sentido, que diferencie esses parlamentares dos demais. É possível, assim, observar que tais práticas não parecem, aos olhos dos currais eleitorais destes representantes, um problema. Por isso, embora careça de um estudo mais aprofundado – afinal, políticos sem vinculação religiosa e envolvidos em escândalos também são eleitos e reeleitos – impossível não correlacionar o fato à *teoria da predestinação divina*, em que não há mérito na *eleição de Deus*.

<sup>34</sup> MONTEIRO, Yara Nogueira. Pentecostalismo no Brasil: Os Desafios da Pesquisa. In: *Revista de Cultura Teológica*. n. 13, p. 7-20, 1995, p. 18.

antes, que só os *eleitos de Deus* devem ocupar os cargos-chave da nação. Afinal, de acordo com Oro<sup>35</sup>, para os adeptos deste segmento...

...votar não constitui apenas um exercício de cidadania [...] Trata-se de um gesto de exorcismo do demônio que se encontra na política e de sua libertação [...] O gesto de votar adquire o sentido de um rechaço do "mal" presente na política e sua substituição pelo "bem", ou seja, por pessoas convertidas ao evangelho, por "verdadeiros cristãos", "por homens de Deus". [A igreja] mobiliza na esfera política crenças, valores, símbolos e cosmovisões do seu universo simbólico, e a partir deles produz uma ressemantização do voto, inscrevendo-o "numa lógica cosmológica, na perspectiva da guerra santa".

Em segundo lugar, é evidente que canais de rádio e televisão têm mais alcance que os inúmeros templos espalhados pelo país, facilitando a transmissão das mensagens voltadas à criação das referidas estruturas mentais em contingente cada vez maior<sup>36</sup>. Daí decorrem tanto o valor como a necessidade<sup>37</sup> de se perseguir tais instrumentos de comunicação, pois é através deles que se forma a base de sustentação do discurso religioso-político dos grupos neopentecostais, contextualizando a chamada *guerra espiritual* com a política. Conforme Gruman<sup>38</sup>, ocorre...

...uma mudança no modo como os evangélicos, notadamente os neopentecostais da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), concebem a representação política e se relacionam com o espaço público. De sua representação negativa, espaço profano e *locus* do domínio da política, o que levou à caracterização da IURD e seus adeptos como "alienados" e "alienantes", essa corrente evangélica e a instituição que lhe traz maior visibilidade revertem o quadro estigmatizante ao incorporar temas como a violência, desemprego, miséria e corrupção (na política, inclusive) e traduzi-los para a linguagem moral e religiosa. Esse novo modo de conceber a representação política, positivada a partir da utilização de uma *gramática religiosa*, gera um discurso que reverbera num contexto de descrédito dos políticos tradicionais.

---

<sup>35</sup> Apud GRUMAN, Marcelo. O lugar da cidadania: Estado moderno, pluralismo religioso e representação política. In: **Revista de Estudos da Religião**, v. 1, p. 95-117, 2005, p. 109.

<sup>36</sup> Do ponto de vista do mercado religioso, um *contingente cada vez maior* pode significar simplesmente mais fiéis para fortalecer a igreja, legitimando, pelo elevado número de membros, sua eficácia ou sua capacidade de bem interpretar os desígnios de Deus. Já do ponto de vista político – e talvez seja esse o cerne da questão, afinal as concessões de rádio e televisão figuram aqui como moeda política – o acentuado contingente buscado corresponde ao chamado “grande número”, fonte de legitimação do poder nas democracias que, em conjunção com o princípio de direito, moldou o Estado Liberal (LEFORT, Claude. **Pensando o político: ensaios sobre a democracia, revolução e liberdade**. Paz e Terra, 1991.p. 40).

<sup>37</sup> Valor e necessidade apontados, aqui, não apenas porque tais veículos de comunicação servem à transmissão de mensagens, mas porque, neles, são impedidas outras tantas. Assim, não menos importante é a blindagem a críticas que os mecanismos de comunicação em massa oferecem a seus possuidores, afinal, tanto nos templos, quanto nos programas midiáticos, “a tarefa de Deus é proteger seus seguidores” (MARIANO, Ricardo. **Neopentecostalismo: os pentecostais estão mudando**. São Paulo: USP, 1995, p. 9).

<sup>38</sup> GRUMAN, Marcelo. O lugar da cidadania: Estado moderno, pluralismo religioso e representação política. In: **Revista de Estudos da Religião**, v. 1, p. 95-117, 2005, p. 107.

Tal quadro explicaria, enfim, “a multiplicação de seu capital político [como] consequência da constituição de uma base eleitoral estável”<sup>39</sup>, permitindo aos seus representantes a barganha de apoio e alianças políticas.

## Conclusão

Através do estudo de Sanchis<sup>40</sup> sobre a formação da religiosidade brasileira, foi possível compreender, na primeira parte deste artigo, três momentos distintos: um pré-moderno, em que as lógicas religiosas tornam compatíveis variadas formas rituais, com o convívio, ainda que de maneira tensa, de ritos africanos, indígenas e católicos; um moderno, determinado pela representação de um indivíduo portador de uma razão única, soberana e intransferível; e um pós-moderno, considerado a fusão dos dois anteriores, ou seja, regido por uma razão única e individual, mas ainda assim articulado com variadas denominações religiosas. As manifestações religiosas neopentecostais, que de certa forma afirmam a própria fé ao combater – não negar – outra fé, são consideradas típicas da pós-modernidade. Nos dizeres de Sanchis<sup>41</sup>: “Provavelmente grande parte do fascínio da Igreja Universal do Reino de Deus e *congêneres* [...] vem desta articulação – genial – entre uma pré-modernidade tradicional e sagrada e a modernidade”. Entretanto, mesmo contextualizado no estágio mais recente da religiosidade brasileira – ao menos em um enfoque sociológico –, o neopentecostalismo, por seu turno, não deixa de refletir as necessidades da religiosidade primitiva, ao buscar a fixação de preceitos e a criação de mecanismos para que seus membros possam lidar com a dor e o sofrimento<sup>42</sup>.

Os preceitos, no caso do neopentecostalismo, são encontrados em uma pretensa lei divina, interpretada à luz da autoridade religiosa, cujo reflexo mais claro pode ser encontrado na chamada *guerra espiritual*. Já os mecanismos para lidar com a dor e o sofrimento correspondem às representações encontradas na *teologia da prosperidade*. Ou seja: embora possa ser considerado o grande exemplo da pós-modernidade religiosa brasileira, o neopentecostalismo também mantém acessas as necessidades fundantes das religiões primitivas. De igual modo, também legitima o político<sup>43</sup>, assim como os sacerdotes das primeiras sociedades sedentárias o faziam.

---

<sup>39</sup> GRUMAN, Marcelo. O lugar da cidadania: Estado moderno, pluralismo religioso e representação política. In: **Revista de Estudos da Religião**, v. 1, p. 95-117, 2005, p. 109, colchetes nossos.

<sup>40</sup> SANCHIS, Pierre. O campo religioso contemporâneo no Brasil. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (Orgs.). **Globalização e Religião**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

<sup>41</sup> SANCHIS, Pierre. O campo religioso contemporâneo no Brasil. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (Orgs.). **Globalização e Religião**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 110, grifo nosso.

<sup>42</sup> BOTTON, Alain. **Religião para ateus**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

<sup>43</sup> BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do mundo**. São Paulo: Editora Fundamento, 2008.

Tal combinação tem atraído multidões<sup>44</sup>. E faz sentido que assim seja. Afinal, se, por um lado, o neopentecostalismo busca a oferta de mecanismos considerados fundamentais ao surgimento da religiosidade no mundo, por outro procura dotar esses mesmos instrumentos de uma nova prioridade: o próprio fiel.

[Os fieis] tornaram-se, com o respaldo e estímulo religiosos, mais imediatistas e pragmáticos. Isto é, antes de ir viver eternamente ao lado de Deus, futuro para o qual se creem destinados, eles querem gozar, ao máximo, com tudo a que tem direito e sem a menor culpa moral, esta vida e o que julgam haver de bom neste mundo<sup>45</sup>.

Para tal, esse fiel mais imediatista e pragmático, como ensina Mariano, faz uso da *teologia da prosperidade*. Entretanto, nela, como vimos na segunda parte deste artigo, é possível encontrar não apenas o respaldo para se buscar o que se julga bom para si, seja através do desejo de prosperar materialmente ou da necessidade de se ter saúde, por exemplo, de acordo com a subjetividade de cada um. A *teologia da prosperidade*, em si, constitui-se também em um mecanismo da própria *guerra espiritual*, já que é através dela que, ao apropriar-se ou buscar o que se quer ou necessita, que se interfere na ação de demônios, considerados os responsáveis por todos os males. Nesse sentido, recordamos o que diz Siepierski<sup>46</sup>: "...demônios seriam os responsáveis por todos os males do mundo, inclusive a desigualdade e a injustiça social".

Ora, parece evidente o papel da *teologia da prosperidade* em associação à *guerra espiritual* na formação das estruturas mentais dos adeptos de neopentecostalismo: se a condição de miséria ou enfermidade na Terra é reflexo da ação de demônios em um embate astral, buscar, mesmo que de maneira subjetiva e individualizada, a reversão desta condição implica colaborar para o *plano divino*. Afinal, essa mesma condição, até então *desigual* e/ou *injusta* do ponto de vista individual, inegavelmente colaborava para um quadro macro de *desigualdade e injustiça social*, já que tais condições, do ponto de vista coletivo, são constituídas pela soma de *várias e individualizadas injustiças e desigualdades*.

Dessa maneira, tanto a *teologia da prosperidade* quanto a *guerra espiritual* abrem os caminhos para, a partir de um plano micro e individual, pensar o ponto de encontro entre a

---

<sup>44</sup> Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2170&busca&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espíritas-sem-religiao>. Acesso em: 12.11.2013), cresceu a "população evangélica, que passou de 15,4% em 2000 para 22,2% em 2010. Dos que se declararam evangélicos, 60,0% eram de origem pentecostal, 18,5%, evangélicos de missão e 21,8 %, evangélicos não determinados".

<sup>45</sup> MARIANO, Ricardo. **Neopentecostalismo: os pentecostais estão mudando**. São Paulo: USP, 1995, p. 8-9.

<sup>46</sup> SIEPIERSKI, Paulo D. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. In: **Estudos Teológicos**. v. 37, n. 1, p. 47-61, 1997, p. 54.

sociedade e o combate astral que integra a estrutura mental do religioso neopentecostal: a política.

Nela, como vimos na terceira parte deste texto, “*somente os eleitos de Deus devem ocupar os postos-chave da nação*”<sup>47</sup>. Tal ideia, por seu turno, evidencia, mais que o posicionamento e o exercício de determinada religiosidade, a limitação do campo de visão e interação com o mundo, sobretudo, politicamente.

Nesse caso, a interação com o mundo – estendida à política – fecha-se *entre os de dentro e os de fora, entre os de Deus e os do diabo*, de modo que não há mais cidadãos, mas, sim, blocos formados por aqueles que buscam participar ao lado de Deus no embate espiritual através das suas ações na Terra – e estes são os neopentecostais, armados, entre outras possibilidades, pelo voto –, e aqueles que não integram tais grupos, por pertencer às chamadas religiões concorrentes, ou por não pertencer a grupo nenhum. Estes, mesmo que de forma passiva, estão do *outro lado*. O lado do mal. Tal visão, fruto das já referidas estruturas mentais do neopentecostalismo, fica bastante evidente ao, mais uma vez, recordarmos que, para os adeptos destas manifestações religiosas, “a solução dos problemas brasileiros estaria na eleição de fiéis para os cargos públicos. Em seus postos eles neutralizariam as ações dos demônios, trazendo assim saúde e prosperidade para todo o país”<sup>48</sup>.

Entretanto, quem são os fiéis que devem ocupar os cargos públicos? Os fiéis são os *eleitos de Deus*, que, por sua vez, foram determinados pela vontade divina, conforme reza a *teoria da predestinação*<sup>49</sup>, e legitimados pela autoridade religiosa de cada grupo. Ou seja, o que importa é a *vontade divina*, interpretada pelo líder religioso.

Entretanto, em que pese a fundamental importância da liberdade religiosa, a transposição de preceitos, como os vinculados na *predestinação divina*, do sagrado ao político, faz do lugar do poder, na estrutura mental neopentecostal, um lugar *ocupado*. Tal condição, conforme Lefort<sup>50</sup>, não é compatível com a democracia. Afinal, a liberdade política é mantida quando o poder é vedado à apropriação, ou seja, “quando seu lugar for julgado inocupável”. Ora, um lugar que deva ser inocupável não é compatível com um lugar que *só deve ser ocupado pelos predestinados e eleitos de Deus*. Além disso, Siepierski<sup>51</sup> pondera que...

---

<sup>47</sup> SIEPIERSKI, Paulo D. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. In: **Estudos Teológicos**. v. 37, n. 1, p. 47-61, 1997, p. 54, grifo nosso.

<sup>48</sup> SIEPIERSKI, Paulo D. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. In: **Estudos Teológicos**. v. 37, n. 1, p. 47-61, 1997, p. 54.

<sup>49</sup> Vide nota 11.

<sup>50</sup> LEFORT, Claude. **Pensando o político: ensaios sobre a democracia, revolução e liberdade**. Paz e Terra, 1991, p. 44.

<sup>51</sup> SIEPIERSKI, Paulo D. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. In: **Estudos Teológicos**. v. 37, n. 1, p. 47-61, 1997, p. 55.

...[a] incursão do pós-pentecostalismo na política brasileira visando o estabelecimento de uma neocristandade é preocupante. Em primeiro lugar, como Harvey Cox observa, a teologia do domínio presente no pós-pentecostalismo inclina-o para o conservadorismo. Em segundo lugar, a política do pós-pentecostalismo é altamente corporativa, visando benefícios exclusivos. “É a apropriação do Estado democrático pela mentalidade *sectária* em ebuliente expansão”. Em terceiro lugar, o pós-pentecostalismo não possui um projeto de sociedade. Em quarto lugar, as lideranças são frequentemente autoritárias e protegidas contra qualquer tipo de crítica. Isso se reflete na obediência à indicação eleitoral da liderança. Em quinto lugar, uma pesquisa de abrangência nacional revelou que os pentecostais têm menos apego às liberdades de organização e expressão. Diante disso, é difícil acreditar que o pós-pentecostalismo possa contribuir para o desenvolvimento da democracia no Brasil.

O neopentecostalismo, assim, corre à margem de valores, como a igualdade política típica da democracia, sobretudo se observarmos a lição de Robert Dahl<sup>52</sup> ao ponderar tal forma de governo como “um sistema político cujos membros veem uns aos outros como iguais [...] e possuem todas as capacidades, recursos e instituições de que necessitam para governar a si mesmos”. Ou, de outra forma, a igualdade espiritual, enquanto filhos de Deus, deve, no plano político, ser estendida à vida terrena.

### Referências bibliográficas

BEDIN, Gilmar Antonio. ***A Idade Média e o nascimento do Estado Moderno***. Ijuí: UNIJUÍ, 2012.

BENETTI, Márcia. ***Deus vence o diabo: o discurso dos testemunhos da Igreja Universal do Reino de Deus***. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

BLAINEY, Geoffrey. ***Uma breve história do mundo***. São Paulo: Editora Fundamento, 2008.

BOTTON, Alain. ***Religião para ateus***. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

CARMO, Solange Maria do. Esaú e Jacó: elogio à esperteza e à teimosia. In: **Horizonte Teológico**, 2010.

DAHL, Robert. ***A democracia e seus críticos***. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

Folha de S. Paulo. ***Feliciano volta a afirmar que africanos são amaldiçoados***. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1257600-feliciano-volta-a-afirmar-que-africanos-sao-amaldiçoados.shtml>. Acesso em: 10.11.2013.

---

<sup>52</sup> DAHL, Robert. ***A democracia e seus críticos***. Tradução de Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012, p. 495.

G1. **Número de evangélicos aumenta 61% em 10 anos, aponta IBGE.** Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/06/numero-de-evangelicos-aumenta-61-em-10-anos-aponta-ibge.html>. Acesso em: 12.11.2013.

GONÇALVES, Alonso. Predestinação como parte da história da salvação. In: **Revista de Teologia & Cultura**. 2009.

GRUMAN, Marcelo. O lugar da cidadania: Estado moderno, pluralismo religioso e representação política. In: **Revista de Estudos da Religião**, v. 1, p. 95-117, 2005.

IBGE. **Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião.** Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2170&busca&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espíritas-sem-religiao>. Acesso em: 12.11.2013.

LEFORT, Claude. **Pensando o político: ensaios sobre a democracia, revolução e liberdade.** Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. **A invenção democrática: os limites da dominação totalitária.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostalismo: os pentecostais estão mudando.** São Paulo: USP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.** Edições Loyola, 1999.

MONTEIRO, Yara Nogueira. Pentecostalismo no Brasil: Os Desafios da Pesquisa. In: **Revista de Cultura Teológica**. n. 13, p. 7-20, 1995.

SANCHIS, Pierre. O campo religioso contemporâneo no Brasil. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (Orgs.). **Globalização e Religião.** Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

SIEPIERSKI, Paulo D. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. In: **Estudos Teológicos**. v. 37, n. 1, p. 47-61, 1997.

Veja. **Vinde a mim os eleitores: a força da bancada evangélica no Congresso.** Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/a-forca-dos-evangelicos-no-congresso>. Acesso em: 12.11.2013.